

- Gonçalves, Maria Filomena. 1993. "Lexicografia e ortografia no Dicionário da Academia (1793)". *Actas do XXème Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Tome IV, section VI - Lexicographie/Hieromania, 651-664. Tübingen/Basel: Francke Verlag.
- Gonçalves, Maria Filomena. 2004. "Prosopopeia del idioma português a su hermana la lengua castellana (1721): D. Rafael Bluteau y las lenguas peninsulares". *Actas del IV Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística* (Universidad de La Laguna, 22-25 de octubre de 2003), 669-677. Madrid: Arco / Libros.
- Gonçalves, Maria Filomena. 2006. "El portugués como dialecto del castellano: historia de una teoría entre los siglos XVII y XVIII". *Caminos actuales de la historiografía lingüística: actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, coord por Antonio Roldán Pérez, I, 729-742. Murcia: Ediciones Universidad de Murcia.
- Martins, José V. de Pina. "Préambulo" e "As fontes literárias do Dicionário da Língua Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1793)". *Dicionário da Língua Portuguesa* (...). (cf. (ACL) 1993[1793]).
- Rodrigues, José Luis. 2005. "Visões do outro. O castelhano na óptica dos linguistas portugueses de Quinhentos." *Gramática e Humanismo: Actas do Colóquio de Homenagem a Amadeu Torres*, 1 ed. por Miguel Gonçalves et al., 591-614. Braga: ALETHEIA – Associação Cultural e Científica.
- Silva, Inocência Francisco da & Aranha, Pedro Wenceslau de Brito. (1858, I; 1859, II; 1870, IX). *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Vasconcelos, José Leite de. 1915. "O 'Dicionário da Academia'... Separata do *Boletim da Segunda Classe*, vol. IX, 468-471. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Verdelho, Telmo. 2007. "Dicionários Portugueses, breve história". *Dicionarística Portuguesa. Invenção e estado do património lexicográfico*. org. por Telmo Verdelho & João Paulo Silvestre, 13-62. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Susana Fontes, Sónia Coelho

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Reflexos das doutrinas ortográficas quinhentistas e seiscentistas na *Prosa Grammatonomica* Portuguesa (1728) de Rafael Bluteau

Rafael Bluteau (1638–1734) spoke on various topics at the “Conferências Discretas e Eruditas” that were celebrated at the Fourth Earl of Ericeira’s house. *Prosas Portuguezas* (1727–28), which are an interesting text due to the linguistic reflections that we can find there, appeared as a consequence of these speeches. In this paper, we intend to analyze the *Prosa Grammatonomica* Portuguesa (1728), where the author comments on the orthography, directly alluding to important sources in the Portuguese metaorthographic field, critically positioning himself for or against their doctrines. Therefore, we intend to establish a comparison with the works of some of the mentioned orthographers: Duarte Nunes de Leão (ca 1530–1608), Álvaro Ferreira de Vera (15–?–post 1645) and João Franco Barreto (b. 1600–post 1674).

Keywords: *Prosa Grammatonomica* Portuguesa (1728), Rafael Bluteau, Orthography, 18th century

1. Introdução

Rafael Bluteau nasceu em Londres, em 4 de dezembro de 1638, tendo falecido em Lisboa, no ano de 1734. Filho de pais franceses, estudou no célebre Colégio de L. Fleche, onde “aprendeu a Grammatica Latina, e Grega, e logo as Humanidades [...] e se applicou ao estudo da Rhetorica” (Bem 1792: 284), passou pelo Colégio de Reims, também pelo Colégio de Clermont, onde “ouviu os preceitos da Logica; porta, e introdução para todas as sciencias [...] cultivando ao mesmo tempo algumas partes d Mathematica, em que não menos brilhava o seu raro talento” (Bem 1792: 284). Frequentou as Universidades de Verona, Roma e Paris e chega a Portugal em 1668. Todavia a sua preparação de âmbito escolar e religioso confere-lhe a reputação de grande orador e intelectual, tendo sido encarregue de missões diplomáticas no estrangeiro ao serviço do reino. Neste contexto, perseguido por defender os interesses do rei Luís XIV, é obrigado a refugiar-se em França desde 1697 a 1704. Quando regressa, ter

permanecido no Mosteiro de Alcobaça durante dez anos (1704-1714), onde concluiu a obra que mais o celebrou, o *Vocabulário Portuguez e Latino*, constituído por oito volumes e dois suplementos.

Para além desta obra monumental e de outras obras teológicas, queremos destacar as *Prosas Portuguezas* (1727-1728), que resultaram das suas intervenções nas Conferências Discretas e Eruditas, promovidas pelo conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses (1673-1743), nas quais Bluteau discorreu sobre diversos temas, relacionados com a Filosofia, Física, Astronomia, Língua Portuguesa, entre outros, divulgado a atividade científica que acontecia nos grandes centros culturais da Europa. Tendo por base o modelo de academias estrangeiras, “[...] reuniam-se aos domingos na Biblioteca do 4.º Conde de Ericeira, intelectuais de renome com o propósito de expor e discutir matérias científicas e humanísticas” (Gonçalves 2005:1), tendo sido nesta casa que momentos de efervescência intelectual prepararam o terreno para a mudança de mentalidades que caracteriza o espírito iluminista.

No que diz respeito aos conteúdos metalinguísticos, as *Prosas Portuguezas*, ainda que não apresentem o formato canónico de uma gramática ou ortografia, constituem-se como um importante local de reflexão linguística, onde se discutem e problematizam temas como a ortografia, a origem das línguas, a diversidade linguística, a dinâmica e a mudança lexical (cf. Gonçalves 2002:13).

De entre os vários temas metalinguísticos abordados por Bluteau e postos à discussão nas Conferências Eruditas, pretendemos destacar a questão da ortografia, que é desenvolvida na *Prosa Apologética, justificação de huma Soberana Princesa, injunctamente excluída das Doutras Conferências da Academia Real de Lisboa, recitada na sala Académica do Conde* (Bluteau 1728: 170-185) e na *Prosa Grammatonomica, Portuguez, ou Regras, e leys, para o uso das letras do alfabeto Portuguez, na escriptura, e na pronunciação* (Bluteau 1728: 186-228). Neste artigo, e tendo por base o segundo texto, temos como propósito analisar as ideias metaortográficas de Bluteau, estabelecendo um cotejo com as principais fontes mencionadas pelo autor: Duarte Nunes de Leão, Alvaro Ferreira de Verra e João Franco Barreto.

Na *Prosa Grammatonomica*, seguindo uma ordem alfabética, Bluteau tece considerações acerca de cada letra do alfabeto, o que nos permite ter acesso à sua doutrina ortográfica, em comparação com as várias fontes citadas. A par das informações dadas sobre cada letra, é de valorizar a apreciação crítica das teorias metaortográficas de vários autores coetâneos e anteriores citados, dos quais se destaca, por ter sido o mais referenciado, João Franco Barreto.

Bluteau inicia o referido texto com a explicação do termo *Grammatonomica*, que seria sinónimo de *orthografica* “[...] porque se deriva do Grego *Gramma*, id est, *Letra*, e *Nomos*, id est, *Leis*, ou *Regra* [...]” (Bluteau 1728: 186). Passa depois para a definição de letras “como «elementos» dotados de determinado valor, para de seguida dar início à exposição sobre cada letra do alfabeto em cujo âmbito realiza excursos sobre a ortografia francesa e a italiana, entre outros assuntos” (Gonçalves 2003: 911).

No presente trabalho, tendo por base o cotejo entre os autores já mencionados, é nosso intento analisar alguns aspetos mais controversos, em que o autor faz referência às fontes em análise, de forma a perceber qual era a posição do teatino acerca destas

questões polémicas, para as quais não havia uma solução única e consensual entre os ortógrafos portugueses. Propomo-nos tratar o uso dos grafemas <k> e <q> com valor de [k], a utilização do <n>, do <y>, as diferenças entre <g> e o <j> e os grupos consonânticos <ct> e <gn>.

2. Influência de Leão, Verra e Barreto na *Prosa Grammatonomica Portugueza*

2.1 Grafemas <q> e o <k> com valor de [k]

Bluteau inicia o tratamento do <q> fazendo alusão a Barreto, que ele destaca como “aquelle, que mais rigorosamente impugna o uso do Q na lingua Portugueza” (Bluteau 1728: 214). Neste sentido, este ortógrafo propõe a substituição do <q>¹ por <k>² e <c>, posição que é criticada por Bluteau, por considerar que daí poderiam surgir muitos equívocos na pronúncia e na escrita. Desta forma, revelando uma preocupação fonética, enumera alguns exemplos de palavras que teriam de ser pronunciadas de modo diferente, caso fosse posta em prática a proposta de Barreto:

A quem ha de parecer bem, que por *quadrupede*, digamos, e escrevamos *kadrupede* por *quadro*, *kadro*, por *quadrangulo*, *kadrangulo*, e em Latin *aka* por *agua*? Na pronunciação, na escriptura, e no sentido della, quanta confusão haverá pelos equívocos, que se originarem deste genero de Orthografia? (Bluteau 1728: 214)

Relativamente a <qu>, as opções são também divergentes, uma vez que Barreto defende a utilização do <c>, ao que Bluteau contrapõe com o tradicional <qu>, segundo um critério etimológico, que seria mais do agrado dos *doutos*, que preferem ver escrito *quociente* a *coicente*. “No tocante pois ao Q, quando se segue a *qu*, nos vocabulos derivadas do Latin, eu antes quizera seguir a sua Orthografia Latina, do que valer-me do C [...]” (Bluteau 1728: 215). Por outro lado, também nos nomes de terras estrangeiras será preferível manter o <qu> para que o leitor os pudesse facilmente encontrar nos índices dos livros em que estes nomes surgem.

Nas definições apresentadas por Leão e Verra,³ os ortógrafos aludem ao critério fonético para distinguir o <q> seguido de <u> e o <c>, diferença que fica clara pelos exemplos *agua* e *aca*, usados por Leão:

¹ Acerca do <q>, diz-nos Barreto (1671: 156):

Os hebreos, Cadeos, Gregos, Arabes, nã tem q, e seus alfabetos, mas he proprio dos Latinos, de que nós o tomamos sebé usamos delle cõ muyta imperceptyã sobre c, & sobre i, como se pode ver acerca do que dice fallando do k. Sendo necessario & foroso levar esta letra q, diante de si u, ao qual nã sinimos sobre i, como sobre a, nesces & semelhantes vocabulos, quado, qual, quanto, quantia, quaresma, &c. & por essa nãz julgava eu seria bẽ servirmos do k, & sobre o, sou de parecer lizenos sempre do c, porque do mesmo modo soam como, & quomo, colidiamo, ou quolidiamo, circo, ou cinco, &c.

² Esta proposta revolucionária de Barreto não foi acolhida pelos seus coetâneos, nem pelos ortógrafos seguintes, considerada como uma *pretensã adiantada* (Bluteau 1728: 206), que, no entanto, dois séculos mais tarde, “[...] constituirá uma das bandeiras reformistas do soncista Barreto Corte-Real [...]”, cuja proposta contempla precisamente o emprego exclusivo de <k> para grafar a oclusiva velar surda” (Gonçalves 2003: 886-887).

³ “[...] depois de q sempre se escreve u, liquido, para modificar sua pronunciação: como quando, quasi, quado, quieto, vacueto, quero, acquo, quotidiano, cinco, quomo. (per interogação) a differença de como” (Verra 1631: fols. 15v-16r).

Q he letra muda, que nenhuma lingua tem, senão a Latina, & as que della descendem, & pronunciase como c segundo os antigos. [...] Mas porem esta differença há, que sempre depois do q se segue hum u liquido, & sem força. O qual não se pode negar fazer algũa differença na pronunciaçãõ do c. Porque de hũa maneira nos soa, aqua, & d'outra aca, por causa d'aquelle u que sempre se sente (Leão 1576: fols. 17v-18r).

Relativamente ao <k>, que Bluteau assume ser alvo de grandes controvérsias, por ter sido considerado por alguns ortógrafos como *letra superflua e ociosa*, Leão e Vera partilham a opinião de que esta letra não teria em português, assim como em latim, utilidade alguma, uma vez que existia no nosso alfabeto uma letra correspondente, o <c>. No entanto, acabam por contemplá-la no alfabeto devido à tradição:

K he letra Grega, que os Latinos trouxerão a seu alphabeto sem necessidade: porq tẽem seu c q responde a ella. E assi na nossa lingua, não nos serve em palavra algũa, nem na Latina, ao presente tem algum uso, salvo se for para escrever esta palavra Kyrios, donde dizemos Kyrie eleison, ou esta palavra Kalendas, que conforme ao antigo se costumava escrever assi. E porque não fazamos differença do nosso alphabeto ao Latino, a deixamos na posse, & lugar, que tinha, & para que os nossos a não estranhem, quando vierem a apprender as letras Latinas (Leão 1576: fols. 10r-10v).

Esta letra K, por imitarmos aos Latinos, a pusemos em nosso alphabeto sem necessidade: pois temos a letra Ca, q responde a ella: & assi ambas tem hum sohoio, & formão a propria voz. Os Latinos a tomarão dos Gregos, para escreverem em sòmmente duas dicções com ella, *Kirios, Kalendas*, que escrevão pelo mesmo C, ficando para todo o mais tam superflua, como para nós impertinente, & de todo o ponto inutil. E assi não escrevemos com ella dicção algũa (Vera 1631: fols. 11r-11v).

A este respeito, depois de se referir às considerações destes ortógrafos sobre a inutilidade do <k>, que poderia ser substituído pela letra <c>, Bluteau (1728: 205) alerta para a não correspondência do <k> com o <c>, uma vez que <ce> e <ci> não se pronunciam da mesma forma que <ke> e <ki>, que equivalem, tal como advertiu Barreto, ao nosso <que> ou <qui>. Ademais, Bluteau refere que deverão manter o seu <k> original nas palavras vindas do grego, a saber *kalendas, kiries, kermes*, para além de vários topónimos de origem estrangeira, uma vez que é desta forma que surgem nos dicionários estrangeiros e nos vocabulários geográficos.

[...] as dicções derivadas do Grego, ou mais propinqüamente do Latin, e que começãõ por K, na nossa Orthografia merecem introduzidas por K, e não convenm principiallas com C, nem com qv, e assim melhor será, que escrevamos *Kalendas, Kiries, Kermes*, e outros semelhantes, do que *Qualendas, Quities, Quermes*, &c.

A estas razões me parece preciso acrescentar outra, e he, que os nomes de muitas Cidades da Germania, e outras terras do Norte, começãõ por K, e se os nossos Escritores lhe puzerem no principio hum c, ou hum qu, [...] debaixo destas letras iniciais não sera fácil achar noticias nelas, porque nos Dicionarios estrangeiros, e particularmente nos Vocabularios Geograficos, ainda que Latinos, todos estes nomes são impressos com K no principio; e para muitos outros, que tem nomes Latinos, totalmente diferentes de seu nome commun, e vulgar, será necessario recorrer a Dicionarios de nações estrangeiras, que os trazem com K [...] (Bluteau 1728: 205).

2.2 O <h> e os dígrafos

Na linha da tradição greco-latina, também nas línguas vernáculas não se chegou a um consenso relativamente à natureza do <h>, que foi definido, por alguns, como letra c, por outros, como aspiração, classificações que sempre suscitaram grande controvérsia. Bluteau parece aproximar-se mais da segunda, quando esclarece:

Dos Hebreos aos Gregos, dos Gregos aos Latinos, dos Latinos aos idiomas derivados do Latin, como o Castelhana, o Portuguez, &c. e a outras linguas da Europa, passou esta letra, ou (para dizer melhor) esta aspiração (Bluteau 1728: 197).

Tal como aconteceu no estudo de outra unidade ociosa, o <k>, também na análise que faz ao <h>, Bluteau recorre à fonte mais citada, para nos mostrar a sua discordância relativamente à doutrina extremista de Barreto, que propõe a supressão do <h> em posição etimológica inicial, uma vez que, e apoiando-se em Aldrete, até os castelhanos, em palavras que aspiravam, deixaram de o usar:

[...] é algumas palavras que se aspiravam, se hia ja deyxando o h, & assi por hazer, homiça, hombre; dizem azer, omiça, ombre: polo que có muyta mays raza nós, que nenhuma palavra pronunciamos da garganta, devemos escrever sê h, as palavras que nossos Ortógrafos aspirantes, como Ario, quem se escrevam per h, como homem, honesto, honestidade, humilde, humilde, humilhar, humido, humidade, humor, hũ, huma, & semelhantes; mas diremos omen, onestio, onestidade, umilde, umildade, umilhar, umido, umidade, umor, ù, uma (Barreto 1671: 138-139).

Apoiando-se, então, nas doutrinas de Leão, Vera e Bento Pereira (1605-1681), condena a proposta de Barreto e explica que as outras três filhas da língua latina (italiano, castelhano e francês) seguem a língua mãe e mantêm o <h> no início das palavras. Para além de apresentar exemplos em que a omissão do <h> poderia ser causadora de alguns equívocos na nossa língua, Bluteau critica aqueles que tentam apartar-se da língua que nos deu origem, contrariamente ao que se regista nas outras línguas que derivam do latim, sendo que, neste caso, a referência à omissão do <h> inicial indicia uma acusação direta à proposta de Barreto:

Nem digaõ, que com a exclusão do H no principio das dicções, nos apartamos mais do Latin, porque (como já temos visto) nos outros idiomas, tambem filhas da lingua Latina, se não tem observado esta regra, nem os nossos antigos se tem sempre sogettiado a ella, como se vê nas suas obras, e particularmente na palavra *Hoste*, que sempre achey com H no principio, ainda que derivada do Latin *Hostis*; nem he razão, que sem razão fujamos de huma lingua, que deu o ser a nossa (Bluteau 1728: 199).

Por sua vez, Leão alude precisamente à importância do <h> para conhecermos a origem da palavra, remetendo para o valor do critério etimológico na ortografia, usado para conseguirmos estabelecer a ligação entre as línguas vernáculas e a sua língua mãe, considerada como um modelo de perfeição e purismo ortográficos. Esta perspe-

tiva distancia-o da proposta de Barreto, tendo Leão aludido diretamente à necessidade da utilização do <h> antes das vogais⁴, como em *homen humilde*:

Porém ainda que pareça esta aspiração ociosa, pola não pronunciarmos, he porém necessaria, para guardar a orthographia dos nomes Latinos, & Gregos, para per ella se conhecer a origem, & etymologia dos vocabulos, & para differença delles: como fazem os Frãcezes, q muitas letras não pronunção perfectamēte em algũas palavras, & em outras as não pronunção de maneira algũa, & todavia as escrevem, para entendimento das palavras na scriptura, & para se saber a origem dellas.

E assi como esta aspiração se ajunta a vogaes, assi tambem se ajunta a consoantes. Mas tem nisto differença, que aas vogaes sempre o h precede, como, homem, humilde [...] (Leão 1576: fols. 7v-8r).

De seguida, Bluteau refere-se aos dígrafos portugueses <ch, lh, nh>, terminando as considerações acerca do <h> com a defesa de uma grafia aporтуguesada <ç, qu> nas palavras greco-latinas que integram o dígrafo <ch>, como é o caso de *monarchia-monarquia*, *chimera-quimera*, *chorus-coro* (cf. Bluteau 1728: 200), seguindo as ideias de Barreto (1671: 188), de Vera (1631: fol. 10r) e de Leão (1576: fol. 49v). Embora este último esteja muito arreigado à tradição e reconheça o valor da etimologia, por nos dar importantes indicações acerca da origem das palavras, neste caso específico do <ch> defende a sua vernaculização para o distinguir do seu correspondente dígrafo vernáculo, numa tentativa de separar a oclusiva velar, correspondente às formas de origem greco-latina, da fricativa palatal, que representa as formas portuguesas. Como soluções apresentadas, refere a possibilidade da substituição do <ch> grego por <ç> ou da utilização de <çh> para representar a palatal ç, assim, se opor ao dígrafo grego <ch> (cf. Leão 1576: fol. 49v). Vera (1631: fol. 10r) considera que a única forma de evitar a homografia, impedindo as confusões que se poderiam estabelecer com o dígrafo português, seria a adoção de <qui> e <co>, em detrimento do <ch>, quando assume o valor de [k].

Mais à frente, o dígrafo vernáculo <ch> é comparado foneticamente com o <x>, embora Bluteau aponte para as diferenças articulatorias que os distinguem (uma fricativa e uma africada palatal⁵):

Nós, com pronunção de Arabica pronunçamos o X quasi como ch, porque dizemos *enxame, enxergar, enxerto*, e outros semelhantes, como se estivera escrito *encheime, encherger, encherro*, &c. Só tem alguma differença no C, porque na pronunção do nosso ch, como *chover, chuva, chove, chea*, &c. não dizemos simplesmente *xover, xuva, xoveo, xea*, &c. mas carregamos alguma cousa no C, como se tivera hum principio de T (Bluteau 1728: 224).

⁴ Também Vera conungua da opinião de Leão, indo contra a opção de Barreto: "Nós usamos desta letra na escriptura como os Latinos antes de vogal [...]" (Vera 1631: fol. 9v).

⁵ Barreto denuncia a confusão entre as grafias <ch> e <x> (cf. Barreto 1671: 172-173), o que nos permite concluir que já não se verificava a distinção entre a africada palatal, representada graficamente por <ch>, e a fricativa palatal, representada pela letra <x>. Neste sentido, Kemmler (2001: 202) aduz que teria "[...] sido pelo menos na época de Barreto, que se iniciou a perda do elemento oclusivo da africada [tʃ], grafada <ch> facto que [...] levou à confusão dos grafemas <x> e <ch> com valor de [ʃ] que ainda hoje se manifesta."

O autor aproveita também esta reflexão para mostrar a sua discordância relativamente à proposta de Ferreira de Vera, quando este defende que o <x> em algumas palavras derivadas da língua latina, deveria ser pronunciado como o <x> latino, que tem valor de [ks].

No que concerne aos dígrafos gregos <ph, rh, th>, Bluteau apresenta três argumentos que apontam para uma defesa da utilização dos dígrafos greco-latinos, erdetrimento da forma aporтуguesada. Irá tratar cada um deles na letra correspondente mas será apenas na primeira referência a estes dígrafos, que ocorre na letra <f>, que o autor apresenta os seus princípios ortográficos relativamente a esta questão, que s aplicam, obviamente, a todos eles. Atente-se, então, nas razões enumeradas para manter a grafia greco-latina:

- I. Porque escrevendo-as com Orthografia Portugueza, ordinariamente não podem da razão do seu significado, nem entendem bem o que escrevem; v. g. muitos, que escrevem *Filosofia*, não sabem, que as duas primeiras syllabas do dito vocabulo s derivadõ do Grego *philos*, amor, e as tres ultimas de *sophia*, sapiencia; e assim ignorãz, que *Philosophia* vem a ser o mesmo, que *Amor da Sapiencia*. [...]
- II. Convem, que com *ph, th*, e não com *F*, nem *T* simplez, os Portuguezes escrevaõ er Portuguez as palavras Grego-Latinas, porque faltandolhe este requisito, nos Vocabulatos Latinos não-acharãz facilmente os vocabulos, de cuja intelligencia necessaria [...]
- III. A terceira, e ultima razão, que poderia persuadir a introduccãõ da Orthografia Grega no uso das palavras Grego-Latinas, aporтуguesadas, respecta aos nobres, e literatos do Reyno. Na China ha huma linguaem, que com distinaõ se falla na Corte; na Corte se pede o decoro, que a nobreza, e os doutos no fallar, e no escrever se distinguem do vulgo (Bluteau 1728: 194).

A primeira razão apontada diz respeito à etimologia, princípio que implica a utilização da grafia culta, de forma a podermos conhecer o verdadeiro significado das palavras que têm na sua origem palavras gregas. De seguida, explica que devemos manter este dígrafos nas palavras que os integram para os conseguirmos encontrar nos vocabulários latinos. Por fim, no último argumento, refere que a corte é tomada como referência linguística. A opção pela grafia culta poderá ser uma forma de distinguir o doutos, uma vez que estes estão familiarizados com estas palavras, que, segundo Bluteau, poderão facilmente encontrar na *Prosodia* de Bento Pereira e deverá ser este grupo de *nobres e literatos do Reyno* a impor uma norma culta e a ter capacidade de decisão relativamente a questões de natureza linguística. Deveria ser este grupo de estudiosos, pela sua exemplaridade, a sancionar os usos, tal como Bluteau já havia assumido no *Oratorio Requerimento*: "[...] os mais eruditos, e estudiosos sogeitos d sua propria naçaõ foram examinadores, e juizes do bom, ou mau uso das palavras." (Bluteau 1728: 4), assumindo-se que o bom uso das palavras estaria a cargo dos eruditos e o mau seria característica do vulgo, "[...] observações que resultam em esboço incipiente de uma estratificação no campo dos usos" (Gonçalves 2005: 624).

Nas considerações que tece acerca dos dígrafos gregos, Bluteau não deixa de fazer referência aos seus antecessores, aludindo às propostas de Barreto, Vera, Leão e Bento Pereira.

Barreto (1671: 188-189), recorrendo à vernaculização, e amparado por um critério fonético, propõe a supressão dos dígrafos <ch, ph, th> e a utilização da forma aporтуguesada de <ca, co, cu, que, qui, f, t>, como o provam os exemplos por ele apresentados (*fantasia, fantasia, Filipe, filosofia, Arcanjo, Monarquia, Tomás*). A exceção fica reservada para os casos em que a forma etimologizante se toma mais clara e, deste modo, *Chiron* seria opção em vez de *Ciron* ou *Quiron*.

Vera também não está preocupado em manter a grafia etimologizante e, por isso, aceita a utilização do dígrafo grego ou da consoante portuguesa correspondente (por exemplo, *orthographia* ou *ortografa*). Diz-nos o autor:

Escusaremos letras superfluas, cuja pronunciação não temos; como K, Ch, que são gregas; & as palavras, que temos Gregas, as escreveremos sem K, & H: como Caridade, Antioquia, Monarca, Monarquia. Porém phisonomia (que alguns dizem phylonomia) poderemos escrever per Ph Grego, ou f latino; como fisionomia: & assi orthographia, ou ortografa. Da mesma maneira, estas letras Th, Rh, aspiradas dos Latinos, & Gregos: como Theologia, ou Teologia, Mathematica, ou Matematica: Rhetorica, ou Retorica (Vera 1631: fol. 43v).

Leão debruça-se sobre os dígrafos gregos quando trata do <h> (cf. Leão 1576: fol. 8r) e na secção dedicada às *letras que se aspirão* (cf. Leão 1576: fols. 50-r-v), mostrando a importância do critério etimológico para a sua doutrina ortográfica, sendo que, neste caso, a adoção destes dígrafos nos permitiria ter informações acerca da origem dessas palavras. Neste sentido, atente-se nas palavras de Gonçalves (2003: 829): “Verticados pela tradição, os dígrafos resultantes da adaptação das aspiradas gregas à língua e ortografia latinas (*letras que se aspirão*) são incluídos no sistema gráfico descrito por Leão com uma função etimológica por constituírem um distintivo da origem dos vocábulos [...]”.

Bluteau encerra esta parte reconhecendo a sua culpa pela forma como pôs em prática estas questões no seu *Vocabulário*, oscilando entre a ortografia grega e a latina. Assume o autor esta falha e justifica-a dizendo que no início da obra ainda não tinha tomado uma decisão relativamente aos princípios ortográficos que estariam na base do *Vocabulário*. Mais tarde, quando se apercebeu desta confusão, manifestou o seu desejo em corrigir estes erros, o que não poderia acontecer naquela edição, uma vez que a maioria dos volumes já tinha sido publicada.

Eu, que nisto mesmo que encomendo, tenho fãltado, confesso minha culpa, e sinto muito ter dado taõ mau exemplo. Em muitas dicçoes do meu Vocabulário tenho confundido as duas Orthografias Grega, e Latina; porque como no principio, e continuacão da obra ainda não tinha tomado partido, hum dia, à imitação de algum Author Portuguez, seguia a Orthografia dos Gregos, outro dia, à imitacão de outro Author da mesma nação, seguia a dos Romanos; e quando quiz remediar, já não era tempo, porque a mayor parte dos volumes tinhaõ sahido à luz, e só com outra edição, (se a obra a merecer, e a conseguir) se poderáõ emendar estes, e outros erros (Bluteau 1728: 195).

Relativamente aos dígrafos gregos, verificamos que Bluteau mais uma vez se distancia das propostas de Barreto e se aproxima de Leão na forma como valoriza o critério etimológico na aplicação destas grafias cultas.

Na verdade, os quatro autores referenciados representam concepções diferentes do sistema ortográfico, opondo a tradição à modernidade, num confronto entre uma tendência diacrónica e sincrónica.

2.3 Grafemas <g> e <j>

Ao tratar do grafema <g>, o teatino destaca a confusão que se verifica entre [gw] e [g], que ele considera ser da responsabilidade dos mestres da escola, por não usarem os métodos mais adequados:

Mas não deixo de estranhar a impropriedade com que muitos pronunciaõ o G, quando immediatamente se lhe segue a vogal, porque escrevem v. g. *gerza*, e pronunciaõ *gherra*. A causa desta impropriedade (se me não engano) he que os Mestres da escola, quando ensinaõ a soletrar, e ajuntar as vogaes, que se seguem ao G, fazem dizer aos seus discipulos, *ga, gue, gui, go, gi*, e os que desde a sua infancia se acostumaraõ a dizer, *gue, e gui*, vão continuando com a mesma pronunciação, quando na escriptura vem hum G, seguido de hum E, ou de hum I (Bluteau 1728: 196).

A propósito da distinção entre <g> e <j>, que apresentam o mesmo valor quando o <g> é seguido de <e, i>, Bluteau socorre-se das ideias de Barreto, que, neste caso, contrariamente ao habitual, sobre põe o princípio etimológico e a analogia ao princípio fonético, que impera na sua doutrina ortográfica.

O que importa he sabermos quando avemos usar de g, ou de j que parecem ter o mesmo soldo; & he cousa ã que muitos, que presumem de orthografos se embarcam, & perdem: para o que digo se deve ter respyto à orthã & analogia do vocabulo, & que por ahí nos governemos; & assi de *agens*, participio de *ago*, de *congelare*, *diligens*, *diligentia*, *exagerare* [...] diremos agente, congelar, diligente, diligentia, exagerar [...] (Barreto 1671: 129).

Bluteau mostra-se reticente em relação às soluções propostas por Barreto, uma vez que muitos desconhecem a língua latina, pondo em causa aqui o respeito pela origem do vocábulo, sendo, neste caso, preferível recorrer ao uso, embora nem sempre este se consinta enquanto regra infalível. Ademais, apresenta sugestões metodológicas para os mestres das primeiras letras que poderiam facilitar a distinção entre estas duas consoantes com valor de fricativa palatal sonora.

2.4 A utilização de <y>

Com respeito ao <y>, Bluteau diz-nos que este merece lugar no nosso abecedário e é obrigatório nas palavras derivadas do grego, principalmente por parte dos letrados, que têm por obrigação o *bom uso das letras* e devem demonstrar conhecimento acerca da origem das palavras.

Nas palavras originamente Portuguezas não nos he necessario; mas nas dicçoes Latinas, derivadas do Grego, e admittidas no idioma Portuguez, como sãd *Hydropico*, *Naysico*, *Hyperbole*, *Syllaba*, *Syllogismo*, *pyramide*, *pyreneo*, e outras muitas desta natureza, he preciso usar dellas, principalmente aos Douctos, para mostrarem, que sabem a origem dellas, para o acerto, e propriedade da locuçãõ (Bluteau 1728: 225).

Já Barreto, mais uma vez citado, não prescreve o uso de <y> etimológico, indo contra a proposta de Bluteau, que valoriza o critério etimológico.

E já temos necessidade de escrever cõ y as dições Gregas, que os Latinos escrevem cõ elle, como syllaba, sylva, hydropticus, hydropticista, hypocritista, & outros taes, porque nã estamos obrigados ã tudo à ortografia dos Latinos; [...] escrevemos os taes vocabulos per i Latino, como silaba, silva, idropico, idropesia, ipoocritia, ipoocresia, &c. (Barreto 1671: 86).

Segundo o ortógrafo, o <y>⁶ deveria apenas ser usado como semivogal nos ditongos, o que o leva a recusar as formas <ai, ei, oi, ui> para representar graficamente os ditongos decrescentes, uma vez que estas deveriam ser usadas nos hiatos. Em nome da simplicidade do sistema gráfico e para evitar confusões por parte do utilizador da escrita, o autor considera necessário ter duas grafias: uma para o ditongo <ay> e outra para as duas vogais em hiato, grafadas <ai>, tal como ele claramente expõe:

Nos usaremos sómente do ditongo ay, todas as vezes, que cõ a vogal a, ouver de ir i, & nã soar como i, assi como è ay, pay, amays ensinays, &c. porque usando do ditongo ai pôde causar anthropologia, como è esta dicã cay, terceyra pessoa do verbo cayo, no indicativo, que se se escrever cõ i, dirã cai, na primeyra pessoa do pretérito perfeito; assi say, sai, &c. [...] (Barreto 1671: 99).

Na exposição acerca da utilização do *ypsilon português*, “o qual sempre anda junto com vogal, ao contrario do *ypsilon Grego*, que se une com consoantes” (Bluteau 1728: 226), o teatino dá conta de uma contenda existente entre os ortógrafos: “[...] huns o querem excluir de todo; outros em alguns vocabulos o soffrem” (Bluteau 1728: 226). Perante estas divergências de opinião, Bluteau destaca e elogia as regras apresentadas por Bento Pereira na sua *Arts Grammatica*, ficando claro que o <y> seria usado para representar a semivogal [j] nos ditongos orais (*rey, ley, myra, payo*).

A propósito do uso do <y>, adverte também Bluteau para o facto de se utilizar a forma <ây> para representar o ditongo nasal [ɲ] apenas na palavra *mây*.

2.5 Os grupos consonânticos <ct> e <gn>

Relativamente ao grupo consonântico <ct>, Bluteau partilha a opinião de *certo orthografo nosso* que reprova Duarte Nunes de Leão por manter sempre este grupo consonântico. Considera que este deveria apenas figurar quando apresenta uma função distintiva (por exemplo, *acto* e *ato* do verbo atar), quando se pronuncia (*compacto, invicto*) e em outros casos em que o uso o tem introduzido, dado que “[...] sem a letra C, nã terião o significado tão claro, nem tão certo” (Bluteau 1728: 191). Por sua vez, Barreto critica a utilização desta grafia por parte de alguns ortógrafos, nomeadamente Nunes de Leão, que é o ortógrafo mais citado na sua obra, de quem Barreto discorda por assentar a sua doutrina ortográfica na matriz, descurando o princípio fonético.

[...] Barreto critica Duarte Nunes de Leão, cujas soluções ortográficas contrariam o princípio quintiliano (escrever como se pronuncia) por ele defendido [...].” (Gonçalves 2003: 874). Com efeito, por considerar que devemos escrever conforme pronunciamos (*condeno, dano, solene, sono*), Barreto postula que se devem grafar apenas as consoantes que têm articulação própria, numa valorização evidente do lado fonético.

Relativamente ao grupo consonântico <gn>, o teatino dá-nos conta das duas posições antagónicas que separam os ortógrafos: uns dão primazia ao critério fonético, defendendo que se escreva e pronuncie *inorar, inorante, dinidade, dno, benino*⁷ e os outros, em nome de um princípio etimológico, defendem que se escreva e pronuncie *ignorante, ignoto, digno*⁸, *magno, regno*. Bluteau revela um certo estranhamento relativamente a esta última forma, referindo que: “O ultimo, ainda o nã achey em Authór abonado. Sempre achey, e sempre ouvi dizer *Reyno*, e nã *Regno*” (Bluteau 1728: 210). Parece que o autor, depois de se referir à controvérsia que os grupos consonânticos suscitaram entre os ortógrafos, se aproxima mais do caminho da rejeição de alguns grupos consonânticos, como é o caso de *regno*. Citado pelo autor, Leão prescreve as grafias *magno, magnifico, insignie, digno, regno, ignoto*, mantendo a forma latina nestes nomes que ele apelida de incorruptos (Leão 1576: fol. 13v). Os nomes corruptos, mais desviados da língua latina, deveriam escrever-se “[...] aa maneira vulgar: Polo que ainda que penhor vem de pignus, & lenho, & lenha, de lignum, nã diremos, pignor, nem legno [...]” (Leão 1576: fol. 13v). Noutros casos defende que se escreva, tal como se pronuncia, *sino, sinal, sinete, assinar* e alguns dos seus derivados (se, por um lado, propõe a grafia *assinatura, assinalar*, por outro, prescreve a grafia *significar, insignie, consignar*) (cf. Leão 1576: fol. 13v). Segue-se a explicação para esta diferença:

Porque d’algũas palavras Latinas nos servimos, sem as corrompemos, & outras corrompemos. Polo q as corruptas scriveremos como corruptas, & da maneira que as pronunciamos, & as inteiras como inteiras, como neste nome, *signum*, que corrompemos per detracção do g dizendo, *sino*, & *sinal*. Mas signífico, & insignie, que se derivão da dicta palavra, ficão inteiros: polo que os scriveremos como inteiros (Leão 1576: fol. 14r).

3. Considerações finais

A história da ortografia portuguesa ficou, sem dúvida, marcada pela oscilação constante entre duas forças: a da vernaculização e a da latinização. O cotejo que estabelecemos entre as doutrinas meiotográficas de Leão, Vera, Barreto e Bluteau permitiu-nos

⁷ Barreto é um representante deste grupo e por isso defende as grafias *sinal, sinificar, sinificacã, anho, penhor, pimento, benino, dno, conheço, conhecido, dinidade, fingimento, inorar, inorante, inorancia, inora, lenho, preinha, prenhida, pronastico, reymar, reyno* (cf. Barreto 1671: 151-152).

⁸ Alguns latinismos conseguem impor-se e expulsar as formas antigas, como é o caso de *digno*, que substituiu *dno*, e fazem agora parte do português. Um número considerável de formas alatinadas entrou na nossa língua no século XVI devido à admiração que os autores sentiam por esta língua culta e continuam ainda hoje a integrar o vocabulário do português. Neste período “[...] a admiração que já existia pelo latim, redobrou, subjugando os espiritos por forma tal, que a sua ortografia tornou-se o modelo da nossa, que foi em grande parte posta de lado, em prejuizo da lingua, da qual muitos sons deixaram de ser representados consoante a sua pronuncia secular” (Nunes 1989: 196).

⁶ A adoção do <y> na nossa grafia foi criticada por muitos autores, entre eles Luis António Verney (1713-1792, que segue um princípio fonético em detrimento do etimológico e da analogia. Rejeita sobretudo a sua utilização como semivogal, ao contrario do que defendia Barreto. Diz-nos o autor: “O Y tem tantos apaixonados, principalmente entre os modernos Portuguezes, que quasi abuzam dele: e acham-se Livros, em que sam mais os y’s, que os h [...]” (Verney 1746: 30).

confirmar que estas duas forças antagónicas se encontram representadas tendo como expoentes máximos Leão e Barreto. Se o autor quinhentista modelo ortográfico latino, com a sobreposição da vertente histórica à fon assume, desde logo no prólogo, a sua intenção de criar uma obra original, diferente do legado anterior e que assentaria as suas bases fonético, propósito que foi alcançado.

Podemos, por isso, colocá-lo entre os primeiros reformadores apologete ortográfica que viria a produzir projectos de reforma revolucionária de Oitocentos [...], época bem mais propícia à questionação de legat devido às ideologias sociais então vigentes ou florescentes (Gonçalves;

Por sua vez, Vera aproxima-se das ideias ortográficas defendidas por Leão na maioria das vezes⁹, as suas propostas coincidem, havendo partes da são muito semelhantes.

Na *Prosa Grammatonomica*, Bluteau usa como principal referência e Barreto, não porque comungue das suas ideias, mas principalmente p posições revolucionárias que o mesmo defende. Tendo em conta apresentados neste artigo, verificamos que estes dois autores apresent discordantes, nomeadamente em relação à substituição do <q> pelo propugnada por Barreto, com a qual Bluteau não concorda. Fica tamb preferência deste lexicógrafo pelo uso do <h>, como forma de distinguir vulgo, e dos dígrafos greco-latinos, à exceção do <ch>, que ele pretendido por um grafema simples, como em *monarquía, quimera, cora*, sent a vernaculização também defendida pelos outros ortógrafos que temos componente etimológica é também determinante na apologia do <y> em vadas do grego, de que são exemplo *Hydropico, Fysico, Hyperbole, Syti* discordante da de Barreto. A utilização do <y> nestas palavras, defende uma forma de distinguir os doutos, que têm por obrigação *o bom uso de* além de lhes ser exigido que demonstrem conhecimento acerca di palavras. Por outro lado, o teatro aproxima-se das propostas de Barret lhando por vezes a vernaculização, consubstanciada por exemplo [...] 1 grupos consonânticos (*regno*, por ex.)” (Gonçalves 2003: 921).

Neste sentido, percebemos que, embora haja uma predominância etimológico subjacente à sua doutrina ortográfica, encontramos também que Bluteau defende a vernaculização ou até situações que exigem cont e, por isso, “daqui resulta um sistema ortográfico misto, semelhante a setecentistas e oitocentistas [...]”, sistema que, com as diferenças assina pelo próprio autor das *Prosas*, é o mesmo do *Vocabulario*, obra que intensamente na produção gramatical e ortográfica posterior [...]” (Go 921).